

TELEJORNALISMO E AUDIODESCRIÇÃO: UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA COMUNICAÇÃO TELEVISIVA

JEFFERSON PERLEBERG RUBIRA¹; MICHELE NEGRINI²

¹ Universidade Federal de Pelotas – jeffopr@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – mmnegrini@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Em 2010, no último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi apontado que 23,9% da população, ou seja, 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Neste cenário, estão incluídas deficiências mentais/intelectuais, motoras, auditivas e visuais. Para garantia da inclusão e da acessibilidade na vivência diária destas pessoas com deficiência, são necessárias, além de adaptações no espaço físico, mudanças no processo comunicacional.

Em concordância à necessidade de modificações nas realidades que cercam as pessoas com deficiência e todos os indivíduos, Galvão Filho aponta, “o desenvolvimento de Tecnologia Assistiva ou de Apoio, deve levar em consideração essa realidade, e estudar soluções, dispositivos, metodologias, que compensem ou reduzam as limitações não só do indivíduo, mas também do seu ambiente físico e social (GALVÃO FILHO, 2009, p. 9).

No âmbito contemporâneo, diversas tecnologias assistivas (TA) vêm sendo criadas para benefício cada vez maior das pessoas com deficiência através da acessibilidade. Exemplos de inclusão são vistos diariamente, como calçadas táteis, rampas de acesso, janela de libras em meios audiovisuais, transcrição de texto audível para legenda, entre outros métodos. Segundo Manzini (2005, p. 82), elementos de acessibilidade, muitas vezes, nos passam despercebidos, como por exemplo, uma bengala utilizada por um idoso, mas que garante segurança e conforto em um momento de caminhar. Outrora, os recursos podem nos causar impacto, devido à tecnologia que apresentam, como um aparelho de amplificação para pessoas com surdez moderada ou um automóvel adaptado para deficientes físicos. Alguns recursos assistivos estão inseridos no cotidiano a serviço da comunidade, na maioria das vezes, a presença ou ausência deles é sentida somente por quem realmente os utiliza.

Os direitos das pessoas com deficiência são garantidos, primordialmente, mediante a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que aponta responsabilidades públicas nesta busca pela igualdade, papel do Estado. Entre essas obrigações está o direito a comunicação. A comunicação de massa, como rádio, televisão, é um direito de todo cidadão, seja como fonte de obtenção de informação através de notícias, telejornais, reportagens, ou ainda, como lazer e difusor de produtos culturais, por meio de programas, esportes, entre outros.

A acessibilidade comunicacional começou a se consolidar no Brasil com a criação da lei federal nº 10.098, em 2000. O objetivo da chamada Lei da Acessibilidade foi eliminar barreiras comunicacionais, tornando acessíveis os sistemas de comunicação.

Os atuais recursos disponibilizados na televisão aberta no Brasil podem ser utilizados pelos canais para tornar sua programação acessível. São quatro principais ferramentas: o closed caption (legenda oculta); a janela de Libras; a

dublagem e a audiodescrição (AD) de imagens - cada uma delas destinada a um público específico.

Entretanto, até o ano de 2019, nenhum telejornal disponibilizou o recurso da audiodescrição em sua programação diária, apenas em programas de entretenimento, como filmes e séries, ou em uma edição especial de reportagens que falou sobre acessibilidade e sobre o recurso. Percebe-se então uma ruptura na inclusão deste público com deficiência visual, no consumo diário de notícias através da televisão.

Partindo desta conjuntura, o presente estudo busca analisar como a audiodescrição atua sendo instrumento de acessibilidade para o público cego, inserido em um contexto telejornalístico. Pretendendo verificar se este público considera a AD como um recurso necessário para o entendimento de reportagens em telejornais, bem como, um instrumento de inclusão. A pesquisa ainda se propõe evidenciar e compreender quais são os sentidos atribuídos pelo público com deficiência, em relação ao telejornalismo com e sem o recurso da audiodescrição.

O objetivo principal desta pesquisa é verificar a interpretação do recurso da audiodescrição como instrumento de inclusão e acessibilidade no telejornalismo, para pessoas com deficiência visual. Analisar se audiodescrição funciona como instrumento de inclusão, entender como as pessoas com deficiência visual compreendem o telejornalismo com e sem o suporte da audiodescrição e verificar quais os sentidos atribuídos pelas pessoas com deficiência visual ao telejornal com e sem o suporte da audiodescrição.

2. METODOLOGIA

Na construção deste estudo de cunho qualitativo, será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a problemática discutida, indissociável das noções de acessibilidade; inclusão; tecnologias assistivas; processos comunicacionais; e telejornalismo. Abordando conceitos fundamentais para a compreensão da temática, incluindo também a atual legislação nacional vigente.

No referencial teórico se conceituará os termos utilizados para situar o leitor sobre a área trabalhada. Além de trazer um panorama geral das atuais práticas desenvolvidas para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.

Em sequência será abordada a técnica para coleta de dados. Para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, será realizado um grupo focal que, segundo Veiga e Gondim (2001), consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa, que auxilia na análise das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos acerca de um tema específico. E ainda aponta que,

[...] os grupos focais servem a dois propósitos: criar condições para que os participantes da pesquisa possam exercer um papel mais ativo nos processos de produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes oportunidade de conscientização de sua situação atual, dando-lhes maior poder de transformação (VEIGA E GONDIM, 2001, p. 8).

Neste grupo focal, um material telejornalístico será apresentado à pessoas com deficiência visual. Primeiramente, uma reportagem sem o recurso assistivo da audiodescrição, e em um momento posterior, uma reportagem com o recurso. Após apresentação de ambos materiais, através de uma discussão em grupo, serão elencados os principais elementos compreendidos em ambos produtos audiovisuais. Também será verificado se toda notícia da reportagem foi entendida pelo grupo e quais sentidos foram atribuídos à mesma.

Em sequência, será apresentada uma análise dos resultados obtidos para posterior discussão. Finalizando com considerações finais.

A instituição escolhida para a realização da pesquisa é Associação Escola Louis Braille, que trabalha com educação especial para deficientes visuais, em Pelotas. Em um contato prévio, foi acertado que o encontro se dará com a presença de jovens e adultos que consomem telejornais e produtos audiovisuais diariamente. A proposição da pesquisa é realizar mais de um encontro com diferentes grupos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o trabalho ainda está sendo executado, não possui resultados preliminares. A pesquisa após coleta de dados, por meio de grupo focal, vai buscar analisar como a audiodescrição atua sendo um instrumento de acessibilidade para o público cego, inserido no contexto telejornalístico. Nos resultados se buscará evidenciar qual é a relevância da audiodescrição no entendimento das reportagens em telejornais, bem como, um instrumento de inclusão.

A principal discussão abordada na pesquisa é a importância de recursos de inclusão e acessibilidade dentro do meio jornalístico. Em especial na televisão, onde os mesmos, frequentemente são esquecidos e pouco produzidos. Para isso são necessários estudos para análise de compreensão e recepção do telejornal, também com este público com algum tipo de deficiência que representa uma parcela da sociedade, que não deve ser esquecida, nem marginalizada.

4. CONCLUSÕES

A inclusão se destaca como processo de satisfazer necessidades relacionadas à qualidade de vida dentro de uma sociedade para equidade de renda, oportunidades e direitos à pessoas que por alguma razão, encontram-se em desvantagem em relação ao restante da população. Portanto, a inclusão e também a acessibilidade devem estar presentes nos processos de produção de espaços e produtos para obtenção de igualdade entre as pessoas com e sem deficiência. A comunicação também deve ser para todos.

Visto que é fundamental o telejornalismo como importante fonte de informações cotidianas para a sociedade a pesquisa mostra que são essenciais as práticas inclusivas na comunicação televisiva, de forma a torná-la mais acessível a todos, através de ferramentas e recursos.

A audiodescrição apesar de um recurso ligeiramente novo no país, difundido na legislação apenas em 2005. Também se apresenta fundamental para um nicho da população consumidora, possuindo esta pesquisa relevância no que tange a descoberta da eficácia e necessidade da mesma.

É evidente ainda, que outros desdobramentos da pesquisa podem ser realizados, como continuidade no processo de interpretação de sentidos e expansão da temática para outras programações além do telejornal, ou ainda, refletir sobre a produção da audiodescrição em outros países, com suas determinadas técnicas, inclusive no telejornalismo internacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: **MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.)**. Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características, religião, deficiência. Acessado em 23 mar. 2019. Online. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político**. Opin. Publica , Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.